



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

09 a 13/04/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade).....	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação).....	12
5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa)	13
5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução).....	13
5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas)	14
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	15
6.1. Produção e classificação de sentenças	15
6.2. Acervo concluso	16
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. , CNCR)	16
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	19
7.1. Acervo da unidade	19
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	20
7.2.1. Acervo total	21
7.2.2. Acervo ativo.....	22
7.2.3. Acervo suspenso	22
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	23
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	23
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado	24
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	24
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	25
9.1. Balcão de entrada	25



9.2.	Processos em segredo de justiça	25
9.3.	Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR/2018)	26
9.4.	Documentos pendentes de juntada.....	27
9.5.	Remessa externa	28
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória.....	29
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	31
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	33
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	35
14.	LIVROS E PASTAS	36
15.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	37
16.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	39
16.1.	CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA.....	39
16.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	39
16.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização. 39	
16.1.3.	Cumprimento da Resolução Conjunta nº 1, de 15/12/2015, do Conselho Nacional de Justiça, Advocacia-Geral da União e Ministério do Trabalho e Previdência Social.....	39
17.1.4	Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados	40
17.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	41
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS OU RELATADAS	42
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	43
20.	ENCERRAMENTO	44



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (22VF-RJ), de 09 a 13/04/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 45 a 48 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/00338 e) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/00343), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/00322) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/00317), à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RJ (2017/7747 e 2018/00346) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/00344), a Advocacia Geral da União – AGU (2017/7744 e 2018/00341) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (2017/7752 e 2018/00335).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal substituto Dr. DIMITRI VASCONCELOS WANDERLEY no exercício da titularidade da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatada nos mapas estatísticos a existência de 2.491 processos, sendo 788 físicos e 1.703 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (22VF-RJ)

Data de instalação: 09/12/1993

Endereço: Avenida Rio Branco, 243, ANEXO II, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

Juiz Titular: Dr. CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES, desde 24/05/2005.

Juiz Federal Substituto: Vago

Diretora de Secretaria: Drª Bianca Fisciletti Vallone

Competência Cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Maio/16	05	08	0	0	13	13
Abril/18	05	08	0	0	13	13

3.1. Servidores em teletrabalho

Há 2 servidoras em teletrabalho, respeitando o limite máximo de 30% dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação (art. 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00013). A Diretora encaminha à Secretaria Geral relatório trimestral de acompanhamento de desempenho estabelecido no Anexo II da aludida resolução, o último datado de 11/04/2018.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora Bianca Fisciletti Vallone, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras Sílvia de Andrade Ribeiro e Angélica Cristina Gomes Madeira, e pela Oficiala de Gabinete Marcia Cristina dos Santos Gagliano, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 91,66% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 20 a 23/02/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: acelerar a digitalização dos processos; perseguir as metas do CNJ; e impedir a paralisação dos processos.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2017. A Diretora afirmou que a unidade atingiu parcialmente as Metas do CNJ/2017.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade)

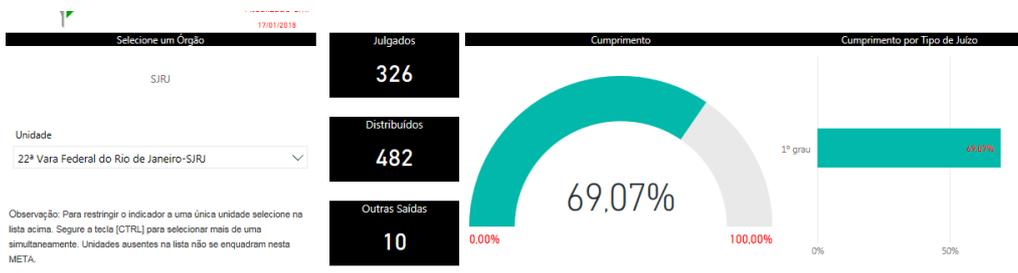
“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 482 processos em 2017 e julgou 326, cumprindo 69,07% da meta nº 1 CNJ/2017.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



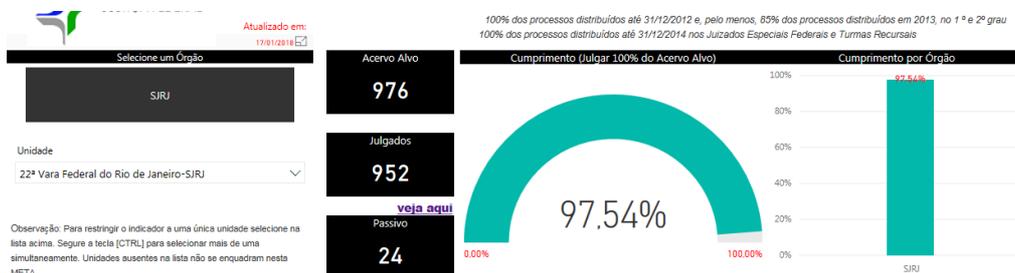
Fonte: PORTAL, acesso em 09/04/2018.

Sugere-se incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade)

“(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e (ii) 85% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e 2º graus.

(julgados 97,54% dos 976 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).



Fonte: PORTAL, acesso em 09/04/2018.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2017:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0138984-38.2013.4.02.5101	Embargos à exec.	Nulidade de penhora incidente sobre o imóvel de propriedade do embargante	sim	Concluso p/ sent.	24/07/18
0132534-79.2013.4.02.5101	Ordinária outras	OI requer nulidade de multas impostas pela ANATEL	sim	Intimação de despacho	28/02/18



0022784-45.2013.4.02.5101	ACP improbidade	Desvio de verbas federais destinadas à execução de convênio entre a ONG PRASEMPRE e o Ministério dos Transportes	sim	Concluso p/ sentença	06/12/17
0022736-86.2013.4.02.5101	ACP	DPU aciona INSS para assegurar aos moradores dos perímetros urbanos compreendidos entre a Estrada Intendente Magalhães e a rua Pinto Teles a manutenção das posses dos imóveis ali existentes	sim	Devolução de remessa	08/04/18
0044723-18.2012.4.02.5101	Embargos à exec.	União alega excesso em execução de sentença que a condenou a pagar gratificação de desempenho a servidor	sim	juntada	22/03/18
0040260-33.2012.4.02.5101	Usucapião	Usucapião de imóvel na floresta da Tijuca	sim	Concluso p/ sentença	06/04/18
0009949-59.2012.4.02.5101	Reintegr. de posse	CEF quer retomar imóvel arrendado conforme PAR	sim	Concluso p/ sentença	03/10/17
0006718-24.2012.4.02.5101	Embargos à ação monitória	Embargos em cobrança da CEF de mutuário inadimplente (Construcard)	sim	Devolução de remessa	18/03/18
0004829-35.2012.4.02.5101	Ordinária outras	Concessionária de serviço público cobra passivos trabalhistas da União	sim	juntada	15/02/18
0000543-14.2012.4.02.5101	Embargos à exec.	União aponta excesso em execução de sentença que a condenou a pagar atrasados a ex-ferroviários	sim	Intimação de despacho	02/02/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

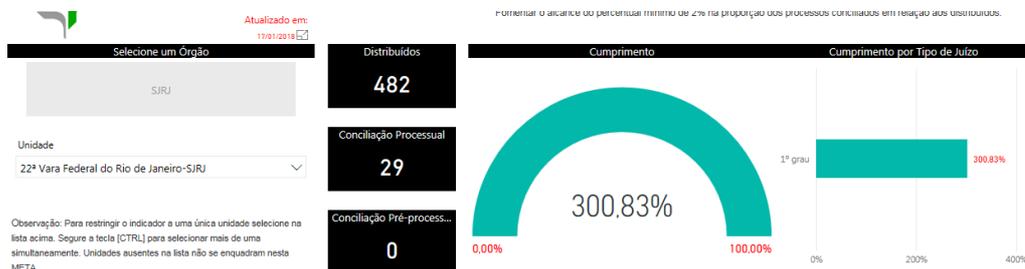
Do passivo de 24 processos, foram analisados os 10 acima, não tendo sido encontrada irregularidade.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”³

O juízo correccionado atingiu 300,83% da meta 3, promovendo, em 2017, 29 conciliações.

³ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

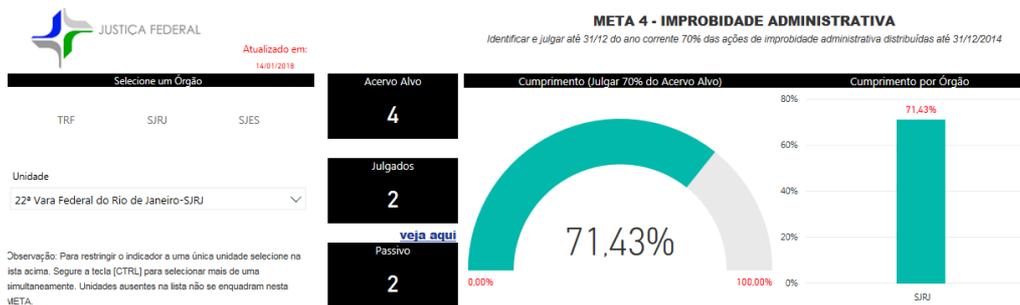


Consulta ao Portal em 10/04/2018.

5.2.4. Meta n° 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”⁴

O órgão julgou 50% dos 04 processos-alvo da Meta n° 4 CNJ/2017, atingindo 71,43% da Meta.



Fonte: PORTAL, acesso em 10/04/2018.

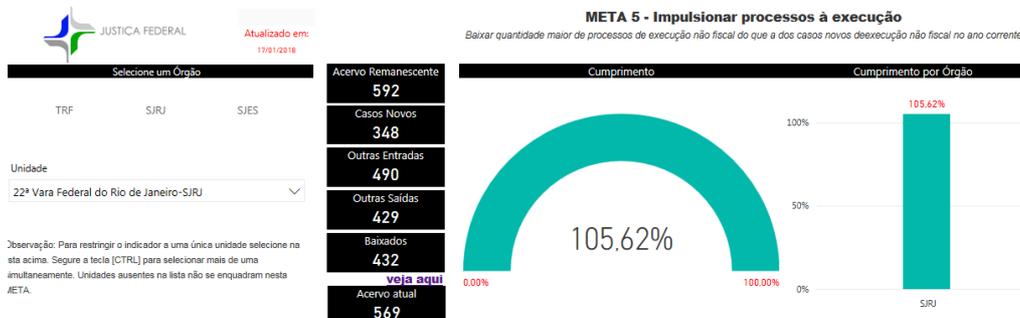
5.2.1. Meta n° 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2017 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

⁴ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).



Cumpridos 105,62% da meta nº 5 CNJ/2017.



Fonte: PORTAL, acesso em 10/04/2018.

5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 80,00% dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2017, cumprindo 100,00% da Meta:



Fonte: PORTAL, acesso em 10/04/2018.

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 702 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/04/2017 a 31/03/2018), com média de 58,5 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	141
B1	Homologatória de acordo	23
B2	Repetitiva (padronizada)	235
C	Sem resolução do mérito	303
D1	Penal condenatória	-
D2	Penal absolutória	-
D3	Rejeição de queixa	-
D4	Rejeição de denúncia	-
E1	Extintiva de punibilidade	-
E2	Suspensão condicional da pena	-

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 09/04/2018..

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR/2011, e 192 a 193 CNCR/2018, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0175010-30.2016.4.02.5101	0150170-19.2017.4.02.5101	0000390-82.2011.4.02.5111	0015450-96.2009.4.02.5101
0151721-05.2015.4.02.5101	0224863-71.2017.4.02.5101	0000380-25.1998.4.02.5101	0009736-34.2004.4.02.5101
0185433-49.2016.4.02.5101	0228013-60.2017.4.02.5101	0060798-98.2013.4.02.5101	0008201-02.2006.4.02.5101
0097389-54.2016.4.02.5101	0172868-53.2016.4.02.5101	0001507-46.2008.4.02.5101	0002974-11.2018.4.02.5101
0166150-40.2016.4.02.5101	0172596-59.2016.4.02.5101	0028606-10.2016.4.02.5101	0503455-82.2016.4.02.5101

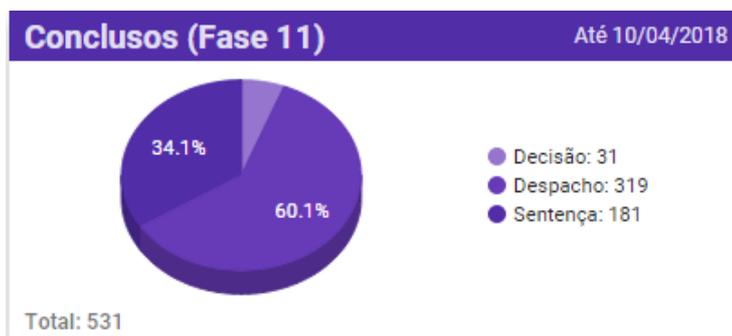
Fonte: PORTAL, acesso em 09/04/2018.

Contudo, no processo n.º 0000390-82.2011.4.02.5111 houve divergência entre o tipo anotado na sentença e o registrado no APOLO.

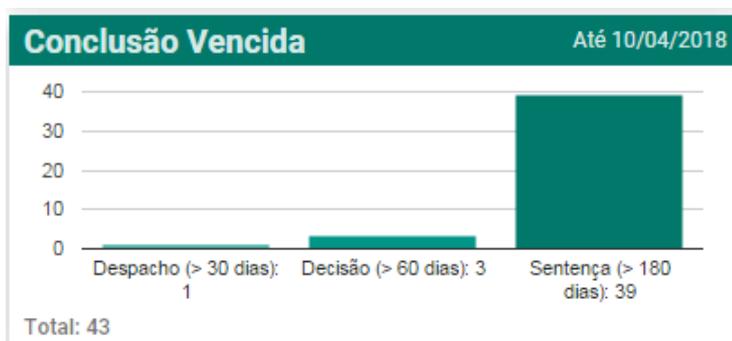
Sugere-se regularizar a anotação do tipo de sentença no processo nº 0000390-82.2011.4.02.5111 (art. 192, CNCR/2018).

TRF2
Fls 33

6.2. Acervo concluso



6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. , CNCR)



O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 10/04/2018), indicava haver 39 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos, a saber:

**Conclusos para sentença**

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0121514-57.2014.4.02.5101	ACP	Meio Ambiente	2.064	31/01/17	433
0503053-98.2016.4.02.5101	Ação de Usucapião	Posse/Propriedade de imóveis	467	22/02/17	411
0009376-50.2014.4.02.5101	Ação Sumária/Outras	Responsabilidade civil	357	03/04/17	371
0080331-38.2016.4.02.5101	ACP/Imp. Adm.	Atos e Procedimentos Adm.	250	28/04/17	346
0017812-61.2015.4.02.5101	ACP/Imp. Adm.	Atos e Procedimentos Adm.	1.655	03/05/17	342
0074189-18.2016.4.02.5101	Ordinária/Outras	Responsabilidade Civil; Contrato de Direito Civil	287	03/05/17	342
0508875-68.2016.4.02.5101	Embargos à Exec.	Multa, ECT	810	18/05/17	327
0165808-29.2016.4.02.5101	Ordinárias/Outras	Atos e Procedimentos Adm.	277	14/06/17	300
0078239-24.2015.4.02.5101	Ordinária/Outras	Responsabilidade civil	422	16/06/17	298
0156081-46.2016.4.02.5101	Ordinária/Outras	Atos e Procedimentos Adm.	292	30/06/17	283

Nada obstante, na data de encerramento deste relatório, vigente do art. 57, da CNCR/2018, constatado não haver processos conclusos para sentença além do prazo de 180 dias úteis:

Conclusão VencidaAté 28/05/2018

Nenhum item localizado

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho



Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
00249166120024025101	Ordinária/Tribut	IRPF; Limitações ao Poder de Limitar	445	19/01/18	80

Durante o período de correição, em 10/04/2018, o despacho deste processo inspecionado foi proferido.

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0508003-19.2017.4.02.5101	Embargos à Exec.	Empréstimo, linha de crédito	-	06/11/17	154
0006378-51.2010.4.02.5101	Ordinária/Tributária	IRPJ	264	29/11/17	131
0138332-84.2014.4.02.5101	Exec. de Sentença contra a Fazenda	Serv. Público. Sistema Remuneratório	592	19/01/18	80

Nada obstante, na data de encerramento deste relatório, vigente do art. 57, da CNCR/2018, constatado não haver processos conclusos para decisão além do prazo de 60 dias úteis:

Conclusão Vencida Até 28/05/2018

Nenhum item localizado



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

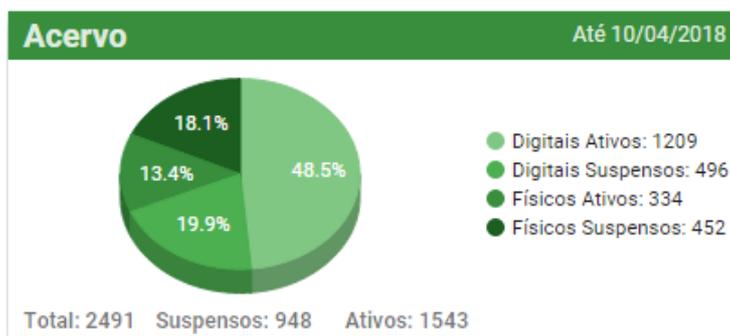
7.1. Acervo da unidade

Mês : abril ▾ Vara : 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro ▾

Tipo de Processo ▾

			Eletrônico	Físico	Total			
Medidas	Ano	Situacao Processo	Processos	2014	Trâmite	834	753	1587
					Suspensão	200	695	895
					Recurso TRF-2	562	760	1322
				2015	Trâmite	1032	613	1645
					Suspensão	227	602	829
					Recurso TRF-2	665	548	1213
				2016	Trâmite	988	426	1414
					Suspensão	358	516	874
					Recurso TRF-2	849	475	1324
				2017	Trâmite	855	358	1213
					Suspensão	495	496	991
					Recurso TRF-2	885	391	1276
				2018	Trâmite	1236	329	1565
					Suspensão	498	451	949
				Total				

Fonte: PORTAL, acesso em 10/04/2018



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 10/04/2018



Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

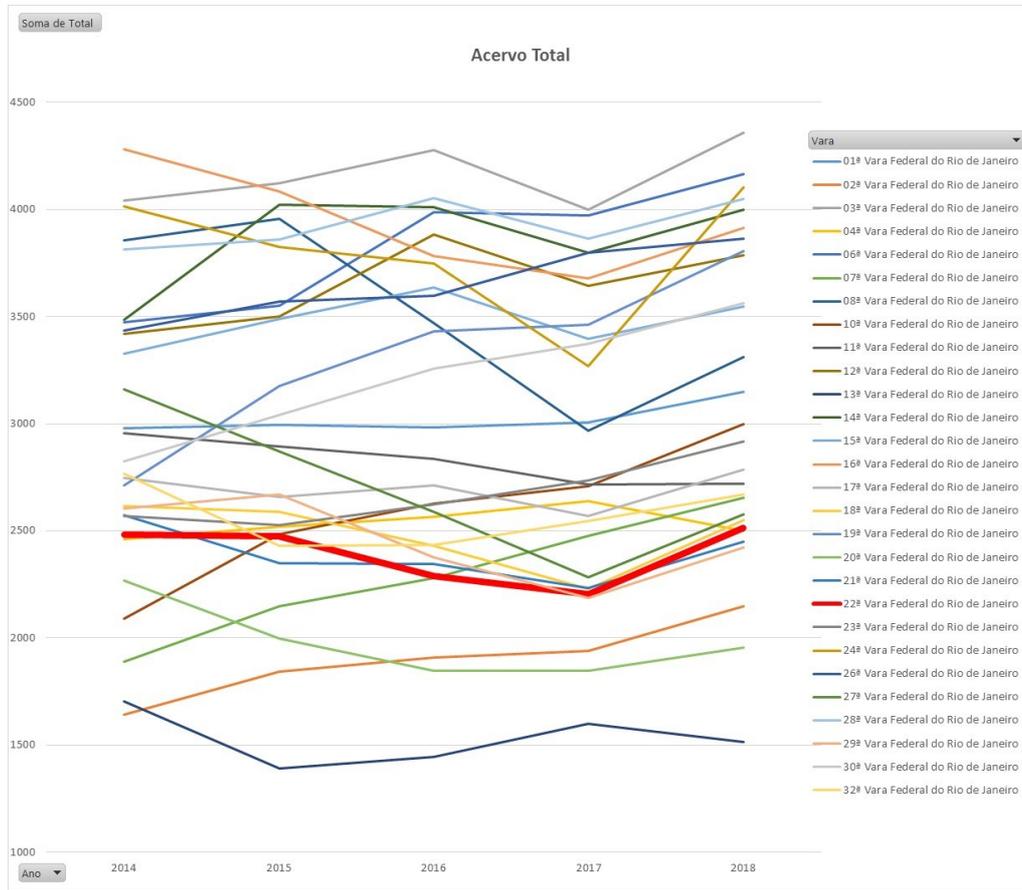
	Correição Julho/2014*	Correição Abril/2016*	Correição Abril/2018
Total	3.766	3.612	3.539
Suspensos	857	874	949
Remetidos para julgar recurso	1.290	1.324	1.025
Tramitação ajustada	1.619	1.414	1.565

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 25/04/2018

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência



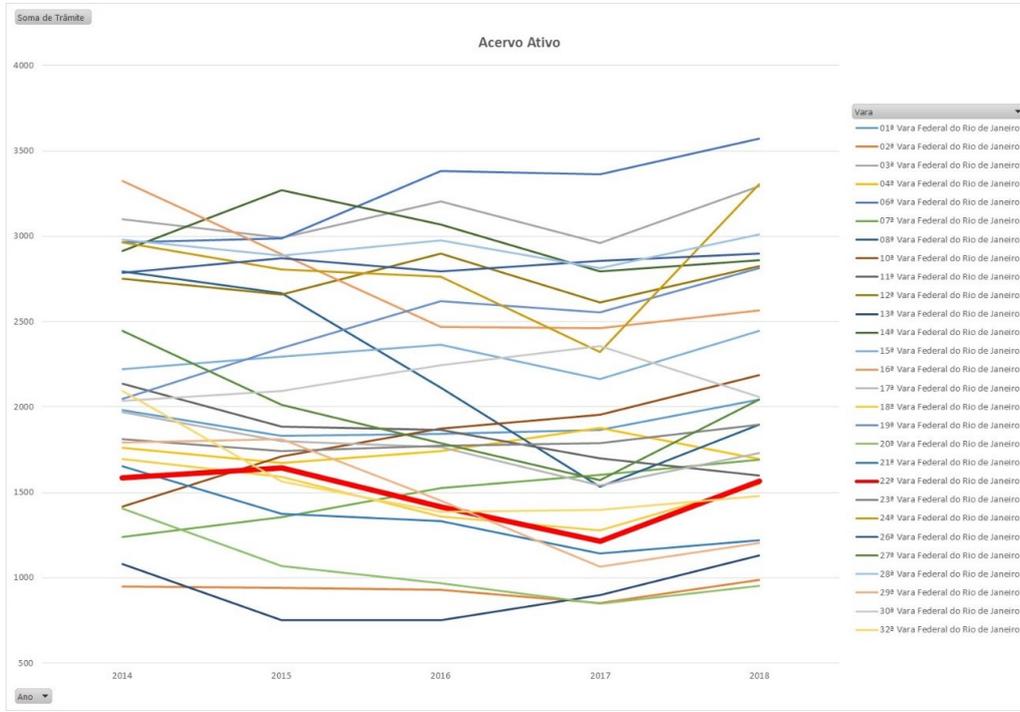
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 24/04/2018

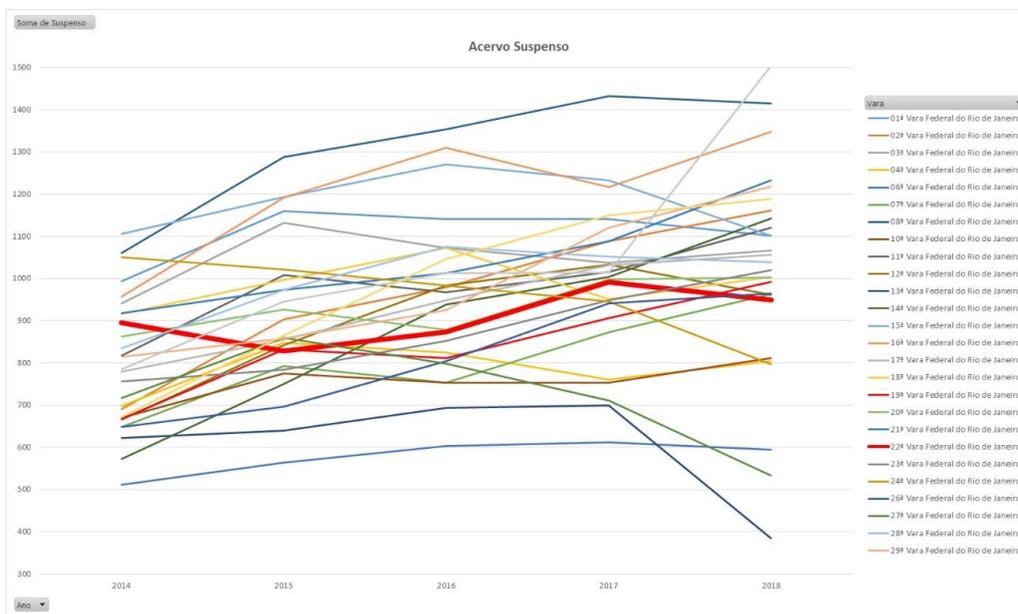


7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 24/04/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 24/04/2018

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários



Os processos prioritários são os de idosos, os das Metas nºs 2 e 4 do CNJ, e os mandados de segurança, os primeiros e os últimos devidamente identificados. Os processos físicos da Meta 2 são identificados na capa. Uma servidora que está em Teletrabalho analisa as custas e os outros parâmetros, remetendo para o local virtual “Gabinete-Iniciais”, e as liminares são minutadas em 48 horas. Após, os feitos são remetidos à mesa virtual do Juiz com a sinalização de urgência no campo do motivo.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

A Divisão de tarefas dos servidores da Secretaria é feita por matéria. Todos os que possuem acervo abrem conclusão para sentença. Há aproximadamente 10% de conversão em diligência. Os servidores do Gabinete também são divididos por matéria, havendo uma comunicação direta entre os servidores de ambos os setores que processam a mesma matéria.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Após sentenciados, os processos (físicos e eletrônicos) são alocados em escaninho ou local virtual de mesma denominação “Prazo”, sendo controlado por um servidor específico. Não é feito o movimento 73, mas o cadastramento da fase 18, quando há execução. Todos os servidores, de acordo com sua matéria, acompanham a baixa. As execuções por título extrajudicial são controladas exclusivamente pela Diretora.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
00001093-52.2018.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000363-3/2018		VICENTE DE CARVALHO DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	06/04/2018 19:23	JRJUWT		
0015871-38.1999.4.02.5101 - Local(22) OFI.0022.000031-9/2018		CENTRO - AVENIDA NIL Certidão com resultado de diligência cada	1	07/04/2018 18:31	JRJOLD		
00144367-28.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000097-4/2018		CENTRO - PRACAMAU Certidão com resultado de diligência cada	1	08/04/2018 12:19	JRJOLD		
0231290-84.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000473-9/2018		BANQU - RUA ANTONIO DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 12:33	JRJLGL		
00213286-96.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000308-4/2018		CENTRO - AVENIDA RIC Certidão com resultado de diligência cada	1	09/04/2018 12:36	JRJOLD		
0207345-58.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000270-9/2018		CENTRO - AVENIDA RO Certidão com resultado de diligência cada	1	09/04/2018 12:39	JRJOLD		
00211749-65.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000284-2/2018		BONSUCESSO - RUA C DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 13:33	JRJTCH		
0223383-58.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000411-9/2018		CENTRO - AVENIDA MA Certidão com resultado de diligência cada	1	09/04/2018 13:46	JRJIDIN		
0202250-57.2017.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000304-5/2018		BOTAFOGO - RUA HMAI DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 20:03	JRJFFB		
00008048-46.2018.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000228-9/2018		CIDADE PRAIA - RJ DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 05:31	JRJFAQC		
0155329-40.2017.4.02.5101 - Local(22) 2018.3000.270251-0		Novo Documento Cadastrado - Petição car		09/04/2018 09:36	PETWEB		
0007664-83.2018.4.02.5101 - Local(22) 2018.3000.270353-3		Novo Documento Cadastrado - Petição car		09/04/2018 10:03	PETWEB		
0017825-55.2018.4.02.5101 - Local(22) 2018.3000.270575-7		Novo Documento Cadastrado - Petição car		09/04/2018 10:37	PETWEB		
2018.3000.258937-4		petição só consta documentos, sem petiçã		09/04/2018 11:01	JRJGCC		
0009030-94.2017.4.02.5101 - Local(22) 2018.3000.270792-0		Novo Documento Cadastrado - Petição car		09/04/2018 11:14	PETWEB		
0008407-93.2018.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000250-3/2018		TJUICA - PRACA SAENZ DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 11:16	JRJRSV		
0203712-49.2017.4.02.5101	1003	#Int-CONF-106#Remessa, Carga Para Mir	1	09/04/2018 12:12	PORTALWI		22ª Vara Federal de
0005031-02.2018.4.02.5101 - Local(22) MAN.0022.000232-5/2018		RECREIO DOS BANDE DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	09/04/2018 13:05	JRJVCQ		
0013591-74.2011.4.02.5101 - Local(22) 2018.3000.271570-1		Novo Documento Cadastrado - Petição car		09/04/2018 13:25	PETWEB		

No dia 09/04/2018, às 14:01 horas, existia 1 processo e 12 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária; todavia, nenhum expediente com data de entrada anterior a 06/04/2018, e nenhum processo com data anterior a 09/04/2018.

9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	09/04/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	3
Documento	30
Total Geral	33

Fonte: PORTAL, acesso em 09/04/2018

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
00127204420114025101	Exec. p/ título extraj.	Documento	131	Sigilo de peças relativas a Infojud

00089726720124025101	Exec. p/ título extraj.	Documento	142	Sigilo de peças relativas a Infojud
00138872820134025101	Monitória	Documento	156	Sigilo de peças relativas a Infojud
00438874520124025101	Monitória	Documento	122	Sigilo de peças relativas a Infojud
00085453620134025101	Monitória	Documento	132	Sigilo de peças relativas a Infojud

Não se constatou irregularidades nos feitos inspecionados.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR/2018)



Fonte: PAINEL, acesso em 09/04/2018

Estavam sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 22 processos, equivalentes a 1,43% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

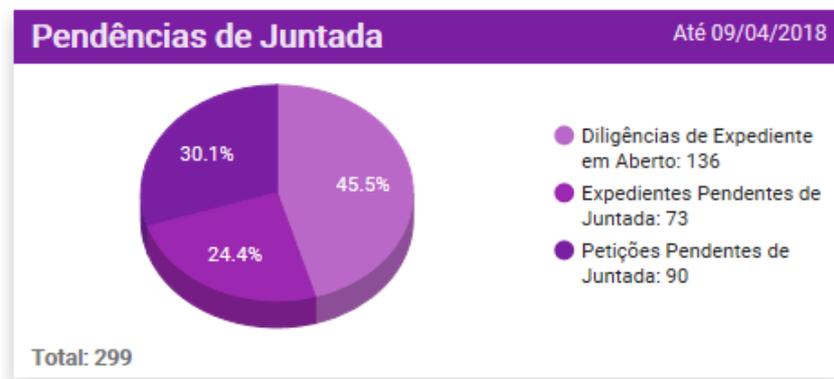
Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0152617-77.2017.4.02.5101	ordinária tribut.	sim	Carga para autor	70	29/01/18
0107122-10.2017.4.02.5101	Exec. p/ título extraj.	sim	Intimação da exequente	60	08/02/18
0000014-53.2016.4.02.5101	Ordinária servidor	sim	Remessa p/ PRF	60	08/02/18
0171573-78.2016.4.02.5101	Ordinária imóveis	sim	Remessa p/ Munic. Rio de Jan.	60	08/02/18
0081915-43.2016.4.02.5101	Ordinária imóveis	sim	Remessa p/ Munic. Rio de Jan.	60	08/02/18
0081916-28.2016.4.02.5101	Ordinária imóveis	sim	Remessa p/ Munic. Rio de Jan.	60	08/02/18
0083329-76.2016.4.02.5101	Ordinária imóveis	sim	Remessa p/ Munic. Rio de Jan.	60	08/02/18
0081657-33.2016.4.02.5101	Ordinária imóveis	sim	Remessa p/ Munic. Rio de Jan.	60	08/02/18
0172958-27.2017.4.02.5101	Ordinária servidor	sim	Remessa p/ AGU	53	15/02/18



0503465-29.2016.4.02.5101	Ordinária servidor	sim	Remessa p/ AGU	49	19/02/18
---------------------------	--------------------	-----	----------------	----	----------

Na data de encerramento deste relatório, não havia processos sem movimentação além dos prazos normativos.

9.4. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 09/04/2018

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
12/09/06	2006.7251.010011-1	0045741-07.1994.4.02.5101	Observação adiante	4227	22 VF
24/06/10	2010.0022.002510-0	0021369-37.2007.4.02.5101	Ofício do TRF 2010/09518, transformado em petição	2846	TRF
24/05/13	2013.0022.000535-2	0011831-03.2005.4.02.5101	Pedido ao Diretor de certidão de objeto e pé	1781	22 VF
13/08/13	2013.7152.098456-0	0019233-43.2002.4.02.5101	Autora anexa documentos	1700	22 VF
11/09/13	2013.7152.111865-3	0018895-69.2002.4.02.5101	Pedido ao Diretor de certidão de objeto e pé	1671	22 VF

A Diretora da Vara esclareceu que a primeira petição da amostra, de 2006, sequer chegou à Secretaria e, tocante à petição 2013.7152.098456-0 (quarta da amostra), consiste em pedido de juntada de documentos; porém, desconhece a localização do processo, que não foi encaminhado ao arquivo e teve última movimentação em 2007, antes de sua gestão.

Sugere-se estabelecer rotinas para agilizar a juntada de petições e expedientes.

9.5. Remessa externa

Consta 1 processo físico com prazo de remessa externa vencido:

Relatório atual		Ano : 2018		Mês : Abril		Vara : 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro		Localização Atual : Externo	
		Medidas		Data Último Movimento					
						Processos			
						2015		2017	
						Julho		Total	
Físico	Trâmite	Remessa, Carga	EBCT-Correios/RJ - residual (exceção tributário)				1	1	
	Suspensão	Remessa, Carga	Advocacia Geral da União		1				
Total						1	1	1	1

Processo 0006713-46.2005.4.02.5101. Movimento: vista ao autor (Correios), em 21/07/2017.

Em consulta ao Apolo, em 23/05/2018, verifica-se que o processo já foi devolvido ao Juízo.

**10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	13	9	22
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	14	-	14
Outras ações/Improbidade Administrativa	1	-	1
Ações Populares	3	-	3
Mandados de Segurança Coletivos	1	7	8
Habeas Corpus	-	-	-
Processos criminais com réus presos	-	-	-

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0029908-40.2017.4.02.5101	MS Coletivo/Outros	Licitações	sim	Remessa, carga para o MPF.	06/04/18
0003111-32.2014.4.02.5101	ACP/Imp. Adm.	Atos e Proc. Adm.	sim	Conclusão para despacho	12/04/18
0020582-42.2006.4.02.5101	ACP/Imp. Adm.	Apreensão/Indisponib Bens/Mercadorias; Atos e	sim	Conclusão para despacho	09/04/18



		Proc. Adm.; Expedição/Liberação de documentos.			
0003939-67.2010.4.02.5101	MS Coletivo/Outros	Fiscalização/Exercício Profissional	sim	Suspensão por Ag. Decisão de instância superior	19/12/17
0004006-71.2006.4.02.5101	Ação Civil Pública	Fiscalização Mercadorias/Produtos; Atos e Proc. Adm.; Resp. Civil; Expedição/Liberação de documentos; Consumidor – Qualidade de produtos e serviços.	sim	Conclusão para despacho.	18/04/18
0022736-86.2013.4.02.5101	Ação Civil Pública	Posse/Propriedade de imóveis; Resp. Civil	sim	Devolução de remessa	08/04/18
0030477-80.2013.4.02.5101	Ação Civil Pública	Meio Ambiente; Recuperação Ambiental da orla das praias do Pontal da Macumba.	sim	Juntada de ofício.	20/04/18
0137518-67.2017.4.02.5101	Ação Popular	Licitações	sim	Juntada de petição do autor, requerendo gratuidade de justiça.	22/04/18
0162305-63.2017.4.02.5101	Ação Popular	Atos e Proc. Adm.; Licitações	sim	Juntada de petição do autor, requerendo gratuidade de justiça.	22/04/18
0024258-75.2018.4.02.5101	Ação Popular	Atos e Proc. Adm.	sim	Juntada de recurso	10/04/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, os quais foram verificados em 10/04/2018, às 13h20min, conforme o quadro adiante:

Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSAO	250
SUSPENSAO REPETITIVOS	139
TRF AG. JULGAMENTO - 2011 E ANTERIORES	15
TRF AG. JULGAMENTO - 2012	28
TRF AG. JULGAMENTO - 2013	67
TRF AG. JULGAMENTO - 2014	82
TRF AG. JULGAMENTO - 2015	157
TRF AG. JULGAMENTO - 2016	220
TRF AG. JULGAMENTO - 2017	235
TRF AG. JULGAMENTO - 2018	68
PRAZO	0

A Diretora de Secretaria informou que os processos suspensos físicos são guardados em escaninhos conforme o motivo da suspensão. Para os suspensos eletrônicos, há locais virtuais específicos denominados “Prazo”, “Suspensão”, “Suspensos Repetitivos” e “TRF Ag. Julgamento”. É anotado o paradigma no sistema APOLO. O servidor responsável pela suspensão dos processos físicos verifica mensalmente os prazos de suspensão (os escaninhos são divididos por data), consultando o relatório de processos parados.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0015756-26.2013.4.02.5101	RE 754276	Suspensão em decorrência do paradigma (Convocação, para o serviço militar de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente). Suspensão



		desde 26/01/2017.
0002763-82.2012.4.02.5101	RE 565160	Suspensão em decorrência do paradigma (Alcance da expressão folha de salários, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações). Suspensão desde 27/01/2017.
0000714-68.2012.4.02.5101	RE 855178	Suspensão em decorrência do paradigma (Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde). Suspensão desde 17/08/2017.
0001800-26.2002.4.02.5101	RE 597067	A decisão publicada em 03/03/2017, menciona o paradigma RE 597067. Todavia, salvo melhor juízo, o processo encontra-se suspenso pelo paradigma RE 597064 (Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde). Suspensão desde 13/09/2016.
0140140-56.2016.4.02.5101	RE 1614874	Suspensão em decorrência do paradigma (Discute se a aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS). Suspensão desde 21/10/16.
0008896-82.2008.4.02.5101	RE 626307	Suspensão em decorrência do paradigma (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão). Suspensão desde 30/07/2015 por recurso repetitivo; porém a anotação correta seria de suspensão por repercussão geral.

CÍVEL

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0107386-61.2016.4.02.5101	Aguardando decisão de instância superior	16/11/17	Nenhuma irregularidade verificada.
0107122-10.2017.4.02.5101	Aguardando diligência da exequente	08/02/18	Nenhuma irregularidade observada.
0009198-92.2000.4.02.5101	Outras suspensões-processo de conhecimento	12/12/00	Último movimento em 06/03/2001, localização interna "NO TRF/ GRPJ 012/2001".
0045741-07.1994.4.02.5101	Outras suspensões-processo de execução	19/10/98	Arquivado sem baixa na distribuição desde 19/10/1998.
0000015-24.2005.4.02.5101	Aguardando julgamento de recurso	25/04/05	Processo arquivado desde 10/10/2006.

O registro da suspensão com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.



Sugere-se estabelecer rotinas para rever o acervo e identificar processos com prazo de suspensão vencido e uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetitivos ou repercussão Geral.

12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 43 precatórios e 183 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/04/2017 a 31/03/2018). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF, 36 precatórios e 99 RPs, analisados os feitos a seguir:

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
00141321020114025101	RPV	31/07/17	Não enviado	Em 8/8/17 o autor concordou com valor da RPV, e a União em 16/8/17 também concordou; restando, todavia, uma controvérsia entre o atual e o antigo patrono do autor acerca da titularidade da RPV
01055769020124025101	RPV	08/05/17	Não enviado	O autor, em 26/5/17, concordou com o valor da RPV; mas a ré impugnou e, depois, agravou da decisão que rejeitou a impugnação. O TRF manteve a decisão recorrida e o juízo determinou o envio da RPV
01000977720164025101	RPV	29/01/18	Não enviado	O autor concordou com o valor da RPV em 6/2/18; porém, em 26/3/18, o TRF, em agravo interposta pela ré, deferiu efeito suspensivo ao recurso, permanecendo suspenso o envio da RPV
00046118520114025151	Precatório	09/03/18	Não enviado	Certificado em 9/4/18 o decurso do prazo para as partes se manifestarem sobre o valor da RPV
00038607820164025101	Precatório	24/11/17	Não enviado	A União apresentou exceção de pré-executividade em 19/12/17, sustentando ausência de decisão final em seus embargos à execução, e o juiz determinou a suspensão do envio do precatório em 26/3/18

Na amostra colhida, conquanto não tenham ainda os RPs/Precatórios sido enviados ao Tribunal, não se verificou morosidade atribuível ao juízo.



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na 22VF-RJ – 09 a 13/04/2018

TRF2
Fls 51

Documento No: 1008386-5-0-18-44-200578 - consulta à autenticidade do documento através do site <http://portal.trf2.jus.br/autenticidade>



13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 180 e 181 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 11/04/2018, a Diretora de Secretaria informou que a Vara não possui cofre, ficando o material acautelado em duas gavetas abaixo do balcão, as quais foram abertas na presença dos servidores da Corregedoria, Marcos Augusto Rodrigues Guilam e Victor Manoel Martinez. Verificou-se não haver material de valor econômico expressivo.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0115325-97.2013.4.02.5101	16/07/13	sim	Acautelamento de carta de fiança regular.
0115680-68.2017.4.02.5101	09/05/17	sim	Acautelamento de pen drive de áudio de audiência regular.
0121514-57.2014.4.02.5101	29/03/16	sim	Acautelamento de mídia com o relatório de visita pericial regular.
0131944-68.2014.4.02.5101	10/08/15	sim	Acautelamento de atestado médico regular.
0140387-37.2016.4.02.5101	13/12/16	sim	Acautelamento de plantas e projetos regular.



14. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 7 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Livro de Ponto;
- 2) Carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo;
- 3) Pasta de remessa de autos aos setores administrativos de apoio;
- 4) Livro de entrega de autos às partes sem traslado;
- 5) Pasta de remessa, carga ao MPF;
- 6) Pasta de atos do plantão;
- 7) Livro de reclamações e inspeções.

Todos os livros estão regulares, sem rasuras, e todas as folhas estão rubricadas e numeradas. Na pasta de atos do plantão há ofício arquivado indicando o período do último plantão realizado (10 a 13/10/2017). Não há registros no Livro de Reclamações.



15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 22ª VF do Rio de Janeiro está localizada no 1º andar do prédio Anexo II, da Avenida Rio Branco, 243, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-009, prédio com instalações conservadas e limpas.

O controle de acesso ao prédio é realizado no térreo pela equipe de seguranças da empresa terceirizada. Neste local estão instaladas roletas para acesso do público, os agentes de segurança identificam os servidores e o público jurisdicionado. No andar onde está localizada a 22ª Vara, há um corredor espaçoso e vários elevadores, sendo um privativo dos magistrados. A acessibilidade ao balcão da Vara é boa, inclusive para os portadores de deficiência física visual e cadeirantes. Há longarinas no andar para os jurisdicionados e visitantes que aguardam chamada para audiências. Há um mural no corredor do andar para colocação de avisos e outro localizado na Secretaria da Vara com a mesma finalidade.

O espaço físico da Secretaria da Vara é razoável, mas o *lay-out* não é o ideal, pois as tomadas são fixas no chão, impedindo uma disposição melhor das mesas e cadeiras. As divisórias estão em bom estado de conservação. A iluminação da Secretaria e dos gabinetes é satisfatória; porém a instalação elétrica vem apresentando problemas, eis que algumas lâmpadas não acendem, sendo necessário tocá-las para funcionarem adequadamente. Não foi constatado mofo, apenas um pouco de poeira proveniente dos processos físicos. Um banheiro foi desativado e transformado em depósito devido ao mau cheiro que emana do ralo, problema que ainda não foi solucionado. Não há reclamação sobre os serviços prestados pela empresa de limpeza terceirizada.

As mesas e cadeiras não são novas, algumas muito antigas. Há cadeiras com forração rasgada necessitando de manutenção. Todos os servidores que optaram por usar equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais têm equipamentos de apoio para as mãos e os pés, os quais estão em estado regular de conservação. Ainda não foram oferecidos aos servidores novos equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais. Existe uma copa para refeições de tamanho razoável e em bom estado.

Os Gabinetes dos Juízes Titular e Substituto são amplos, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

A refrigeração dos gabinetes dos magistrados, da Secretaria e da sala de audiências é satisfatória.

Os computadores não são novos, mas estão em bom estado de conservação. Um não está funcionando bem, é muito lento, necessitando de reparo ou troca. Todos os servidores possuem dois monitores pequenos para facilitar o trabalho. No entanto, se os monitores fossem maiores e mais modernos, os servidores desempenhariam suas atividades com mais conforto visual. Não são utilizados aparelhos do tipo No-break (estabilizador que armazena energia elétrica) para os computadores, pois a rede elétrica é estabilizada. A velocidade da conexão de dados constatada em um dos



computadores da Secretaria oscila em torno de 109,30 Mbps para download e 71,30 Mbps para upload. A 22ª VF possui quatro impressoras, uma, da marca Lexmark, não está funcionando bem, pois está manchando o papel na impressão.

A sala de audiências tem espaço razoável para atender às necessidades de um juízo de competência cível. A Vara não possui salas anexas.



16. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

16.1. CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA

16.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos versando sobre sequestro internacional de crianças registrados no sistema Apolo para análise.

16.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Processo número 0144454-11.2017.4.02.5101 - Opção de Nacionalidade. Pedido de opção pela nacionalidade brasileira, protocolado em 04/07/2017; ação distribuída em 05/07/2017. Sentença do tipo B2 proferida em 5 de outubro de 2017, julgando procedente o pedido e homologando a opção pela nacionalidade brasileira. Sentença transitada em julgado em 29/11/2017, sem oposição de recurso pelas partes. Último movimento em 29/11/2017: remessa para o TRF2 por motivo de reexame necessário. Processo com tramitação regular.

Processo número 0161824-03.2017.4.02.5101 - pedido de aquisição de nacionalidade brasileira, protocolado em 10/08/2017. Ação distribuída em 14/08/2017. Sentença tipo B2 julgando procedente o pedido e homologando a opção pela nacionalidade brasileira. Certidão de decurso de prazo em 19/02/2018. Remessa para o TRF2, por força da remessa necessária, em 19/02/2018. Processo com tramitação regular.

16.1.3. Cumprimento da Resolução Conjunta nº 1, de 15/12/2015, do Conselho Nacional de Justiça, Advocacia-Geral da União e Ministério do Trabalho e Previdência Social

A Resolução recomenda diversas medidas para agilizar o processamento e viabilizar acordos nas ações previdenciárias que visem à concessão de benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

Não se aplica ao juízo correicionado.



17.1.4 Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados

A Diretora de Secretaria informou que raramente é realizado leilão na 22ª VF, sendo o leiloeiro indicado pelas partes.



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (2016.02.01.900034-3, SIAPRO), realizada de 18 a 22 de abril de 2016, foi arquivado em 21/11/2016, sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 24/05/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/09767), e atendidas pelo Juízo em 30/06/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016-06339).

- 1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;*
- 2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;*
- 3. Verificar os processos remetidos aos órgãos externos com prazo vencido;*
- 4. Regularizar, o lançamento da fase 18 nos processos sentenciados (326) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;*
- 5. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão, observando a correta classificação das próximas sentenças proferidas;*
- 6. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias.*

**18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS OU RELATADAS**

A Diretora relatou que elabora uma planilha mensal de acervo, processos concluídos e produtividade da Vara, para monitorar o atingimento das metas.

Março 2018

	Março	Fevereiro	Janeiro	Dezembro
Distribuídos	73	88	106	69
Redistribuídos	12	5	18	15
Devolvidos pelo TRF	44	16	42	47
Reativados e Outras Entradas	17	13	11	15
Total de Entradas	146	122	146	130

Redistribuídos	19	11	10	7
Remetidos ao TRF	19	17	9	23
Arquivados	122	58	58	54
Outras Saídas	0	0	0	0
Total de Saídas	160	86	77	84

Acervo	1518	1538	1525	1414
Suspensos	975	971	950	961
Total	2493	2509	2475	2375

Despachos Proferidos	529	442	599	258
Decisões Proferidas	63	53	79	32
Atos Ordinatórios	96	37	53	37
Processos Concluídos Despacho	131	293	196	384
Processos Concluídos Decisão	24	47	49	85
Processos Concluídos Sentença	7157	181	186	203

Sentença Tipo A	18	14	24	6
Sentença Tipo B	20	31	32	10
Sentença Tipo C	22	18	11	9
Total	60	63	67	25
Embargos de Declaração	0	0	6	3
Convertidos em Diligência	7	10	4	2



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho (item 5.2.1);
- 2) Regularizar a anotação do tipo de sentença no processo nº 0000390-82.2011.4.02.5111 (item 6.1);
- 3) Estabelecer rotinas para agilizar a juntada de petições e expedientes (item 9.6);
- 4) Estabelecer rotinas para rever o acervo e identificar processos com prazo de suspensão vencido e uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetitivos ou Repercussão Geral (item 11).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, VICTOR MANOEL MARTINEZ, CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA E JOSÉ VICENTE BENEVENUTI, revisado por Marcos Augusto Rodrigues Guilam, Coordenador de Núcleo, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2018.

FÁBIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário